



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: BREVE ANÁLISE DA REPERCUSSÃO DA
DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA EM ALUNOS DE UMA ESCOLA PÚBLICA DO CEARÁ,
BRASIL

Márcio Kleber Morais Pessoa

mkpceara@hotmail.com

Universidade Estadual do Ceará e Secretaria de Educação Básica do Ceará

Brasil



RESUMO

O objetivo geral deste trabalho é analisar a intervenção da disciplina de Sociologia nas turmas da 1ª série do ensino médio de uma escola pública do interior do Ceará, Brasil, acerca do tema desigualdade racial. Especificamente iremos refletir sobre a repercussão das aulas da disciplina acerca da apreensão de habilidades e competências dos alunos em relação ao tema abordado. Os procedimentos metodológicos são: aplicação de questionários com alunos participantes antes e depois das aulas de sociologia sobre a temática abordada; observações no ambiente escolar; revisão de literatura sobre o tema da pesquisa; e, por fim, análise documental referente à disciplina de sociologia no ensino médio. Alguns resultados são: os alunos apresentaram respostas críticas ao tema em maior quantidade entre a 1ª e a 2ª fases da pesquisa, diminuindo, por exemplo, de 20% para 6,5% a quantidade de alunos que concordam que brancos e negros convivem de formas pacífica e igualitária no Brasil, assim como caiu de 15,5% para 10% o número de jovens que acreditam que brancos são biologicamente superiores a negros. Os resultados indicam ainda a exitosa intervenção da disciplina de sociologia, visto que 68% dos alunos concordam que as aulas contribuíram com informações novas sobre o tema e 83% que as aulas de sociologia sobre desigualdade racial foram “muito importantes para sua vida”. O contexto da pesquisa também aponta que a disciplina de sociologia, se resumindo a 50min semanais, é apenas um aspecto da socialização dos alunos, não podendo sozinha desconstruir os discursos ideológicos, mitos e pré-noções ligados ao tema.

Palavras-chave: Sociologia no ensino médio. Escola pública. Desigualdade racial.



ABSTRACT

The general objective of this work is to analyze the intervention of the discipline of Sociology in the classes of the 1st grade of the high school of a public school in the interior of Ceará, Brazil, on the subject of racial inequality. Specifically we will reflect on the repercussion of the classes of the discipline about the apprehension of skills and abilities of the students in relation to the topic addressed. The methodological procedures are: application of questionnaires with students before and after sociology classes on the subject; observations in the school environment; literature review on the research topic; and, finally, documentary analysis concerning the discipline of sociology in secondary education. Some results are: the students presented critical answers to the topic in greater quantity between the first and second phases of the research, reducing, for example, from 20% to 6.5% the number of students who agree that whites and blacks live in different ways peaceful and egalitarian in Brazil, as well as the number of young people who believe that whites are biologically superior to blacks fell from 15.5% to 10%. The results also indicate the successful intervention of the sociology discipline, since 68% of the students agree that the classes contributed with new information on the subject and 83% that the sociology classes on racial inequality were "very important for their life". The context of the research also points out that the discipline of sociology, summing up to 50 minutes per week, is only one aspect of students' socialization, and can not alone disconfuse the ideological discourses, myths and preconceptions related to the subject.

Keywords: Sociology in high school. Public school. Racial inequality.



I. Introdução

O objeto de estudo deste texto é a compreensão da repercussão da disciplina de sociologia no ensino médio acerca da análise do tema Desigualdade racial. A pesquisa foi realizada em uma escola de ensino médio pertencente à rede estadual de educação básica do Ceará, localizada no interior do estado¹. Os participantes da pesquisa são alunos e alunas das 1ª séries da escola. No total, há três turmas de 1ª série na escola, perfazendo o número de 88 matrículas. Contudo, segundo dados colhidos em campo, apenas 74 frequentavam regularmente as aulas no período da investigação. A pesquisa foi censitária com os alunos daquela série na escola.

O objetivo geral deste trabalho é analisar a intervenção da disciplina de Sociologia em turmas de ensino médio de uma escola da rede estadual do Ceará acerca da temática: Desigualdade racial. Dito isso, os objetivos específicos são: (1) refletir sobre a repercussão das aulas da disciplina de Sociologia acerca da apreensão de habilidades e competências dos alunos em relação ao tema abordado; (2) apresentar as discussões sobre o tema Desigualdade racial nas aulas de sociologia com os alunos participantes; e (3) comparar os conhecimentos dos alunos participantes da pesquisa antes e depois das aulas referentes ao tema abordado.

Os resultados aqui apresentados são referentes a uma pesquisa já concluída.

II. Marco teórico/marco conceitual

A pesquisa foi realizada com alunos da 1ª série do ensino médio de uma escola do interior do Ceará. O primeiro questionário foi aplicado no dia 03 de novembro de 2016 com todos os alunos que estiveram presentes na aula; no total, 71 (setenta e um). Os dados analisados neste tópico são referentes àquele questionário. 87% deles tinham 15 ou 16 anos. O restante tinha 17 anos ou mais. Além disso, 70% eram católicos e 26% protestantes. O sexo dos participantes ficou dividido assim: 54% feminino e 46%, masculino.

¹ A escolha dessa escola ocorreu visando a exequibilidade da pesquisa, visto que os pesquisadores, devido à sua rede de relações prévias, mantinham contato profissional com o professor de Sociologia do estabelecimento educacional, o que lhes garantiu a inserção no campo.

Foi feita uma pergunta aberta sobre a cor de cada aluno. 73% responderam categorias como moreno (10), pardo (36), preto (2) e negro (4), que se encaixam na categoria analítica “negro”. Os demais se identificaram como branco, amarelo e indígena. Esse dado coincide exatamente com o da questão orientada por itens realizada após aquela: os mesmos 73% se identificaram como pretos ou pardos, categorias englobadas por “negro”. Os dados indicam ainda que a grande maioria dos alunos se identifica por meio de categorias “embranquecedoras”, como “moreno” e “pardo”, classificação típica da sociedade brasileira, que se identifica pela cor da pele, abrindo margem para relativizações. O método de ter dois tipos de perguntas sobre a cor converge com a prática de pesquisadores e institutos de pesquisa que visam a ofertar meios para que o participante se autodefinha livremente por meio de categorias sociais comumente utilizadas em seu dia a dia para só depois responder a itens elaborados por agentes externos. Vale ressaltar que os negros participantes da pesquisa são em maior número do que na sociedade brasileira em geral, que possui uma taxa de 53% de pessoas negras.

Sobre a escolaridade de pais e mães, 10% destas são analfabetas, ante 5,6% daqueles. 46% destas têm ensino fundamental completo ou incompleto, ante 41% daqueles. Menos de 9% das mães e apenas 7% dos pais têm ensino superior completo ou incompleto. Logo, os dados indicam baixa escolaridade desses parentes. Isso se reflete diretamente na renda familiar mensal dos discentes, a saber:

Tabela 01 - renda familiar mensal dos alunos participantes da pesquisa

Faixa de renda	Até meio salário mínimo	De meio a um salário	De um a dois salários mínimos	De dois a três salários mínimos	Mais de três salários mínimos
Resultados	10,5%	34,2%	36,8%	7,9%	10,5%

Fonte: questionário aplicado em campo

A tabela indica que 81,5% das famílias dos alunos ganham até dois salários mínimos de renda mensal. Esse dado incide diretamente no gozo do direito a renda mínima ofertado pelo governo, o Bolsa Família. 69% dos alunos afirmam que suas famílias recebem esse benefício.

Como se pode perceber, o perfil do aluno participante da pesquisa é, em geral, o seguinte: negro, com pais e mães de baixa escolaridade, de família pobre e, devido a isso, usuário de serviços e benefícios do governo. Devido a esse perfil, é coerente o fato de 45% dos participantes afirmarem



já ter sofrido alguma ação racista. A seguir, discutiremos o processo de aplicação do primeiro questionário, importante dado de pesquisa.

Lilia Schwarcz, uma das principais autoras sobre a temática Desigualdade racial no Brasil, escreveu em seu livro “Nem preto nem branco, muito pelo contrário” (SCHWARCZ, 2012) que a discussão sobre “nossos exóticos produtos culturais mestiços”, dentro do país, “é quase um tabu”, predominando o silêncio sobre o assunto em nosso cotidiano. A realização da pesquisa que deu origem a este trabalho converge com a afirmação da autora.

No dia da aplicação do primeiro questionário², logo na primeira turma, quando o professor leu a última afirmativa do questionário, a qual cada aluno deveria responder seu grau de concordância ou discordância³, uma aluna, que o pesquisador identificou como sendo negra, começou a chorar e os alunos ao seu redor disseram ao professor que ela passava mal. O docente pediu que a aluna saísse de sala, a fim de buscar apoio com o Núcleo Gestor da escola. Logo em seguida, o professor saiu junto com outra aluna para saber como estava aquela discente. Ela chorava muito e não conseguia consolo. Uma professora que se encontrava no pátio da escola viu a cena e conversou em particular com a aluna. A docente disse em outro momento que a aluna verbalizou que chorava porque estava com fome. Contudo, o fato de aluna ter chorado exatamente no momento em que respondia à afirmação “Brancos são de uma raça superior à dos negros” levantou a suspeita do pesquisador de que havia uma relação direta entre seu estado emocional e o questionário.

Após alguns minutos de conversa com o professor e a professora, a aluna retornou para a sala de aula e finalizou seu questionário. Encerrada a aplicação, o professor aproveitou para falar à turma que o assunto era “delicado”, mas que havia a necessidade de discuti-lo, a fim de que entendessem as razões das desigualdades entre negros e brancos no Brasil, pois essa era uma forma de superar tais desigualdades.

² Os questionários eram anônimos, isto é, não tinham espaço para identificação. O anonimato e seu caráter protetivo foi destacado pelos pesquisadores de forma verbal, antes da aplicação. Foi destacado ainda que aquele questionário não tinha nenhuma relação com a avaliação de conhecimento da disciplina de sociologia. Ademais, foi deixado claro aos alunos e às alunas que não se queria saber suas opiniões individuais, mas sim as opiniões coletivas das turmas.

³ Itens disponíveis para a afirmação: discordo plenamente, discordo parcialmente, nem discordo nem concordo, concordo parcialmente e concordo plenamente.



Schwarcz destaca ainda que, como o tema não é abordado seriamente e massivamente no país, é como se atitudes racistas fossem “minoritárias e excepcionais: na ausência de uma política discriminatória oficial, estamos envoltos no país de uma ‘boa consciência’, que nega o preconceito ou o reconhece como mais brando”. Neste sentido, 97% dos participantes da primeira aplicação de questionários da pesquisa não se consideram racistas. Contudo, 34% dizem já ter praticado alguma ação que consideram racista. É como se tais ações não se caracterizassem como ações discriminatórias estruturais, e, sim, ações de cunho pessoal, e, por isso, brandas. (SCHWARCZ, 2012)

Para completar, enquanto 97% não se consideram racistas, 89% afirmam já ter presenciado ações racistas de outras pessoas. A máxima de Schwarcz (2012, p. 30-1) se encaixa nesse cenário: “todo brasileiro parece se sentir [...] como uma ilha de democracia racial, cercado de racistas por todos os lados”, ou o que a autora chama de “um preconceito do outro”.

Como se pode perceber, as características do grupo analisado em relação ao tabu da discussão do tema estudado, apesar de ser composto por maior quantidade de negros, convergem com as características da sociedade brasileira, logo, as aulas de sociologia tiveram que ter ritmo e métodos diferenciados. Mas será o grupo analisado de fato diferenciado acerca da desigualdade racial? Para saber isso, serão discutidos adiante outros resultados.

Adiante, serão analisadas questões que visam à discussão acerca do mito da democracia racial. Segundo Antonio Sérgio Guimarães, em prefácio escrito ao livro de Florestan Fernandes “A integração do negro na sociedade de classes”, em meados do século XX, surgiu no Brasil a ideia de que a escravidão por aqui foi mais suave, mais branda. Havia intimidade entre senhor e escravo. Essa ideia aproximava dominados e dominantes na relação entre negros e brancos (FERNANDES, 2008, p. 11). Neste sentido, no período destacado, havia uma minimização das diferenças raciais (GUIMARÃES, 2003). Com o fim do regime escravista e a inauguração da ordem competitiva capitalista, a condição do negro na sociedade brasileira poderia se igualar à do branco. Contudo, segundo Fernandes, em estudo realizado na cidade de São Paulo, essa nova ordem não se implantou de forma instantânea e homogênea. A ordem econômica capitalista se desenvolveu rapidamente, mas a ordem social, não, havendo resistência à mudança da ordem social escravocrata, havendo exclusão do negro da sociedade de classes e da ordem social competitiva.



A degradação da escravidão, a anomia social, a pauperização e a integração deficiente combinaram-se entre si para engendrar um padrão de isolamento econômico e sociocultural do negro e do mulato que é aberrante em uma sociedade “competitiva”, “aberta” e “democrática”. (FERNANDES, 2008, p. 301-2)

Como se pode compreender, o negro não foi incluído na sociedade de classes recém-inaugurada, logo, ainda segundo o autor, o branco não precisou lançar mão de intolerâncias e ódios raciais abertamente, não havendo sinais de luta entre esses grupos. Assim, “[o ‘homem de cor’] não era repellido frontalmente, mas também não era aceito sem restrições” (*op. cit.* p. 307). Dessa forma, o abismo entre negros e brancos persistiu no período “democrático”.

Foi nesse cenário que se moldou o mito da democracia racial, isto é, “a ideia de que o padrão brasileiro de relações entre ‘brancos’ e ‘negros’ se conformava aos fundamentos étnico-jurídicos do regime republicano vigente” (FERNANDES, 2008, p. 309). Neste sentido, diz Antonio Sérgio Guimaraes, é um “mito não no sentido de falsidade, como alguns pensam, mas no sentido de uma ideologia dominante, de uma percepção de classe que pensa o seu ideal de conduta como verdade efetiva” (FERNANDES, 2008, p. 12-3). O tipo de sociedade brasileira se contrapunha claramente ao que ocorria nos EUA, onde as leis restringiam a participação dos negros na sociedade, o que embasava o discurso ideológico da democracia racial. Esse discurso foi tão propagado que a Organização das Nações Unidas decidiu realizar uma grande pesquisa no Brasil sobre o tema a fim de divulgar a todo o mundo o padrão ideal de democracia racial existente em nosso país, o Projeto UNESCO (CHOR MAIO, 1999). Os resultados das pesquisas foram frustrantes: o mito da democracia racial começou a ser desconstruído por meio de apresentação de dados que indicavam profunda desigualdade entre negros e brancos.

A reprodução dessa ideologia acarreta, por exemplo, que o próprio negro seja responsabilizado pelo seu fracasso na sociedade capitalista, visto que, em tese, lhes são ofertados direitos iguais aos dos brancos. Ao mesmo tempo, isenta o branco de responsabilidade, obrigação ou solidariedade em relação ao negro. Por fim, propicia que as relações entre negros e brancos sejam avaliadas de forma superficial e por aparências, descartando-se dados profundos. (FERNANDES, 2008, p. 311)

Como se pode perceber, o mito da democracia racial justificou em meados do século passado a manutenção de uma sociedade injusta entre brancos e negros. Todavia, as ciências sociais já



refutaram, há bastante tempo, a tese de que há direitos iguais entre brancos e negros no Brasil, ao passo que as ciências biológicas confirmaram que só há uma única raça humana, independentemente de cor da pele ou traços físicos. Contudo, isso não mudou a situação do negro no Brasil e sequer eliminou aquele mito. Sabendo disso, discutiremos a seguir aspectos ligados à disciplina de sociologia no ensino médio.

Após quase 10 anos como disciplina obrigatória do ensino médio, a Sociologia hoje apresenta um cabedal de temas em que podem ser identificados elementos de centralização curricular tais como as matrizes curriculares estaduais e os livros didáticos distribuído às escolas públicas através do Plano Nacional do Livro Didático. Neste tópico apresentamos em uma breve análise a forma como a temática da desigualdade racial está inserida neste processo.

O documento que melhor apresenta os princípios didáticos e metodológicos pautados em uma escolha temática são as Orientações Curriculares Nacionais (BRASIL, 2006). Nele consta a proposta de trabalho docente para a disciplina através da utilização das categorias do *estranhamento* e *desnaturalização* da realidade social pelo uso de *teorias*, *conceitos* ou *temas* construídos pela ciência sociológica. A abordagem dada pelos autores enfatiza que a boa articulação dessas categorias deve ser priorizada em detrimento da normatização de determinados conteúdos, enquanto proposta fechada de currículo de sociologia. Tal constatação é compartilhada por Ferreira (2011, p. 64):

Essas *Orientações* não se constituem em si, como uma proposta normativa de programa para o ensino de Sociologia, seu objetivo maior é levar os professores a elaborarem suas próprias propostas. As *Orientações* concentram seus esforços em propor uma prática de ensino de Sociologia que seja mais autônoma, no sentido de que seria impraticável estabelecer, por exemplo, um norte como “a construção da cidadania”, se não houver de antemão uma problematização baseada na própria tradição sociológica e seus pressupostos científicos.

Nota-se, dessa maneira, que as escolhas relacionadas à seleção dos conteúdos e à proposta curricular adotada estão relacionadas ao modo como a escola se organiza, como o trabalho docente se estrutura, como esses docentes compreendem a função da escola, enfim, como estruturam suas aulas (SILVA, 2009, p. 64).

Após a publicação das Orientações Curriculares Nacionais (OCN) em 2006, é possível perceber que várias unidades da federação já haviam elaborado propostas curriculares para a



disciplina. De acordo com o levantamento feito por Caridá (2012), quatorze estados⁴ já haviam construído uma proposta programática de conteúdos a serem trabalhados pela disciplina de Sociologia.

Esse movimento de construções curriculares culminou na elaboração das orientações do estado do Ceará, condensado na coleção Escola Aprendiz (CEARÁ, 2009), publicação que acompanha, em escala estadual, o movimento de institucionalização curricular da disciplina. É possível perceber neste documento a utilização dos mesmos princípios teóricos e epistemológicos das OCN, constatar que se o docente trabalhar “*temas pertinentes à realidade social pode despertar grande interesse no educando, criando oportunidades para que ele faça uma leitura fundamentada em conceitos e teorias próprias do conhecimento sociológico*” (CEARÁ, 2009, p. 86, grifos nossos).

No que diz respeito à problematização da temática acerca da desigualdade racial, tanto as Orientações Curriculares Nacionais, quanto a coleção Escola Aprendiz fazem menção à importância da presença deste conteúdo nas propostas curriculares adotadas pelo professor de sociologia.

Outros temas que podem ser incluídos em um programa: questão racial, etnocentrismo, preconceito, violência, sexualidade, gênero, meio ambiente, cidadania, direitos humanos, religião e religiosidade, movimentos sociais, meios de comunicação de massa, etc. (BRASIL, 2006, p. 122)

[...] a terceira série aborda o tema complexo da cultura na sua relação com a natureza, bem como os autores brasileiros clássicos das Ciências Sociais (Gilberto Freyre, Florestan Fernandes, Sérgio B. de Holanda, dentre outros) e suas abordagens sobre os graves problemas sociais brasileiros: desemprego, violência, pobreza, racismo, exclusão social, etc. (CEARÁ, 2009, p. 83)

Nota-se que, mesmo com o destaque para o caráter propositivo dos documentos oficiais, a questão da desigualdade racial e do racismo são lembradas como importantes temas que, em conjunto com conceitos e teorias, atuam como elementos determinantes no movimento de centralização curricular da disciplina via matrizes curriculares estaduais. Tal constatação pode ser encontrada no trabalho de Santos (2012) que, em exercício de análise, mapeou a presença de algumas categorias presentes nas diretrizes curriculares de 14 estados (dentre eles o Ceará) e verificou a presença de

⁴ Acre, Tocantins, Ceará, Sergipe, Goiás, Mato Grosso, Distrito Federal, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.



conteúdos como desigualdade, cultura, diversidade, ideologia, classes sociais e etnocentrismo, ou seja, conceitos que “abrem as portas” para uma análise da desigualdade racial nas aulas de sociologia na educação básica.

No mesmo trabalho, o autor demonstra que tais categorias também estão presentes no edital do PNLD 2012 (o primeiro a incluir a disciplina de sociologia) enquanto sugestão de conceitos, temas e teorias a serem abordados pelas obras que se inscrevessem para aquele edital. Ao analisar os editais seguintes (PNLD 2015 e 2018⁵) nos foi possível constatar que essas categorias permanecem como critérios de eliminação específicos para o componente curricular Sociologia.

⁵ Disponível em: <www.goo.gl/wy5ThS>. Acesso em: 24 abr. 2017. Disponível em: <www.goo.gl/GdQGjk>. Acesso em 24 abr. 2017.



III. Metodologia

Os procedimentos metodológicos empregados para se alcançar os objetivos propostos foram: aplicação de questionários com alunos participantes antes e depois das aulas de sociologia no ensino médio referentes ao tema Desigualdade racial, a fim de aferir e comparar as visões dos alunos sobre o assunto nos dois momentos indicados, buscando analisar as possíveis mudanças de visão advindas das aulas; observações no ambiente escolar, principalmente nas aulas sobre o tema com a realização de descrição dos métodos empregados e assuntos debatidos; revisão de literatura sobre o tema Desigualdade racial e sociologia no ensino médio; e, por fim, análise documental referente à disciplina de sociologia no ensino médio. A pesquisa de campo foi realizada entre novembro e dezembro de 2016.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

IV. Análise e discussão dos dados

Após a exposição dos temas e metodologias utilizados pelo professor, analisaremos então as respostas dos alunos aos questionários aplicados antes e depois das aulas destacadas acima. O segundo questionário foi aplicado no dia 20 de dezembro. Provavelmente devido ao fato de ser a última semana de aula antes do recesso para as festas de final de ano, o número de alunos estava reduzido. Assim, apenas 60 (sessenta) alunos responderam ao segundo formulário. Foram feitas afirmações e os participantes tinham que responder seu grau de concordância ou discordância acerca de cada uma. Quanto maior a concordância, mais acredita-se no mito, e vice-versa.

Tabela 02 – Respostas às questões sobre democracia racial – primeira e segunda aplicações

Negros e brancos se relacionam de forma pacífica e igualitária no Brasil. ⁶			Negros e brancos têm as mesmas oportunidades no mercado de trabalho brasileiro.		
Opções	1 ^a	2 ^a	Opções	1 ^a	2 ^a
Discordo plenamente	32,4%	43,3%	Discordo plenamente	56,3%	53,3%
Discordo parcialmente	39,4%	38,3%	Discordo parcialmente	16,9%	31,7%
Nem discordo nem concordo	8,5%	11,7%	Nem discordo nem concordo	11,3%	8,3%
Concordo parcialmente	11,3%	3,3%	Concordo parcialmente	8,5%	1,7%
Concordo plenamente	8,5%	3,3%	Concordo plenamente	7%	5%

Negros e brancos têm as mesmas oportunidades para ingressar no Ensino Superior.			Negros e brancos têm as mesmas oportunidades para se tornarem políticos eleitos.		
Opções	1 ^a	2 ^a	Opções	1 ^a	2 ^a
Discordo plenamente	28,6%	40%	Discordo plenamente	21,4%	41,7%
Discordo parcialmente	22,9%	26,7%	Discordo parcialmente	24,3%	26,7%
Nem discordo nem concordo	17,1%	16,7%	Nem discordo nem concordo	20%	10%
Concordo parcialmente	15,7%	5%	Concordo parcialmente	17,1%	6,7%
Concordo plenamente	15,7%	11,7%	Concordo plenamente	17,1%	15%

Negros e brancos têm as mesmas oportunidades de ganhar o mesmo salário ao terem o mesmo emprego.			Negros e brancos têm as mesmas oportunidades para serem aprovados em concursos públicos no Brasil.		
Opções	1 ^a	2 ^a	Opções	1 ^a	2 ^a
Discordo plenamente	45,1%	51,7%	Discordo plenamente	21,4%	33,3%
Discordo parcialmente	23,9%	23,3%	Discordo parcialmente	25,7%	33,3%
Nem discordo nem concordo	7%	8,3%	Nem discordo nem concordo	14,3%	20%
Concordo parcialmente	12,7%	3,3%	Concordo parcialmente	22,9%	5%
Concordo plenamente	11,3%	13,3%	Concordo plenamente	15,7%	8,3%

⁶ Legenda: 1^a = resultados da 1^a aplicação de questionário, anterior às aulas de sociologia sobre o tema; 2^a = resultados da 2^a aplicação de questionário, posterior às aulas de sociologia sobre o tema.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Negros e brancos têm a mesma probabilidade de serem vítimas de violência (agressões, assassinatos etc.).		
Opções	1ª	2ª
Discordo plenamente	46,4%	38,3%
Discordo parcialmente	13%	21,7%
Nem discordo nem concordo	8,7%	18,3%
Concordo parcialmente	18,8%	11,7%
Concordo plenamente	13%	10%

Fonte: pesquisa de campo.

Todas as questões fazem afirmações similares: negros e brancos têm iguais oportunidades ou chances acerca de algo. Interpretando os resultados da primeira aplicação, percebe-se grande incidência de respostas que concordam parcial ou plenamente com as afirmações: 20% concordam que há convivência pacífica e igualitária; 15,5% que há iguais oportunidades no mercado de trabalho; 31% acreditam que há isonomia no acesso ao ensino superior; 34% na chance de serem políticos eleitos; 24% nas chances de igualdade de renda; quase 39% acham que há iguais chances de aprovação em concursos públicos; e 32% concordam que brancos e negros têm a mesma probabilidade de serem vítimas de violência. Além disso, há aqueles que nem concordam nem discordam, que variam entre 7% e 20%, e os que discordam apenas parcialmente, que variam entre 13% e 39%.

Esses dados indicam um significativo percentual de alunos (variando entre 15,5% e 38,5% do total) que têm tendência a acreditar em algum grau no mito da democracia racial. Contudo, na segunda aplicação o cenário é distinto: a concordância às afirmações diminui em todos os questionamentos. Já a discordância só não aumenta em um: aquele sobre violência, em que o índice estacionou. Todavia, a concordância nessa questão diminuiu em mais de 10 pontos percentuais, número incrementado naqueles que não concordavam nem discordavam. Nesse sentido, o percentual de alunos que tendem a acreditar em algum grau naquele mito, após as aulas de sociologia, caiu (variando entre 6,6% e 21,7% do total).

Com isso, serão analisadas a seguir questões relacionadas às ações afirmativas, que visam à diminuição da desigualdade entre negros e brancos, por meio de ações estatais que beneficiem os negros na medida de sua desigualdade, a saber:

Tabela 03 - Respostas às questões sobre ações afirmativas – primeira e segunda aplicações



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Por lei, 20% das vagas de concursos públicos federais são reservadas para pessoas negras. Em relação a isso, afirma-se: essa reserva de vagas em concursos públicos para negros pode ser considerada preconceito contra os brancos.			Por lei, até 50% das vagas das Universidades Federais podem ser reservadas para negros, as chamadas Cotas raciais. Em relação a isso, afirma-se: todos são iguais, logo, essa reserva de vagas pode gerar segregação entre negros e brancos.		
Opções	1ª	2ª	Opções	1ª	2ª
Discordo plenamente	38%	56,7%	Discordo plenamente	16,9%	23,3%
Discordo parcialmente	15,5%	10%	Discordo parcialmente	16,9%	20%
Nem discordo nem concordo	29,6%	21,7%	Nem discordo nem concordo	21,1%	33,3%
Concordo parcialmente	8,5%	10%	Concordo parcialmente	32,4%	16,7%
Concordo plenamente	8,5%	1,7%	Concordo plenamente	12,7%	6,7%

Fonte: pesquisa de campo.

A reserva de vagas para negros em seleções visa a fomentar igualdade na disputa por cargos e ocupações. As afirmações buscaram reproduzir argumentos comuns de indivíduos e grupos que se opõem a essas políticas de cotas. A primeira, que tem por objetivo inverter os papéis de desigualdade entre negros e brancos, teve a concordância parcial ou plena de 15% dos alunos na primeira aplicação. Já em relação à segunda afirmação, que mostra as cotas como fator de segregação social – ao que ocorre devido à ausência de políticas de ações afirmativas, se caracterizando como um contrassenso –, 45% concordaram em algum grau. O cenário da segunda aplicação é novamente distinto: os percentuais caíram para 11,7% e 23,4%, respectivamente. Em relação às discordâncias, aumentaram em cerca de 10% entre a primeira e a segunda aplicações. Ademais, a quantidade de pessoas que não concordaram nem discordaram com as afirmações foi alto em ambos os cenários: 29% e 21%, respectivamente.

Considerando a discussão anterior com os autores, em meados do século XX, o branco não se via impelido a praticar ódio contra o negro, visto que o cenário de concorrência igualitária entre ambos era apenas ilusório, logo, não havia real disputa entre ambos por vagas, ocupações etc. (FERNANDES, 2008) Já no cenário atual brasileiro, a situação é diferente: no início do século XXI, embasadas na Constituição de 1988, algumas leis foram aprovadas a fim de criar um cenário que fomente a igualdade de disputa entre negros e brancos. Isso levou o grupo estabelecido a se manifestar contra essas medidas, reativando o mito da democracia racial, como se todos tivessem as mesmas oportunidades na sociedade e o fato de o negro não acessar as vagas em disputa fosse apenas uma consequência de sua inabilidade pessoal na disputa.

Apesar de os dados estatísticos indicarem extrema desigualdade entre ambos os grupos, o mito esconde essa diferença e aponta para um cenário ilusório de igualdade. Dessa forma, por parte de quem aciona o mito, não há qualquer tipo de preocupação pela condição do negro. Segundo Darcy Ribeiro (2006, p. 206), “isso ocorre numa sociedade doentia, de consciência deformada, em que o negro é considerado como culpado por sua penúria. Nessas circunstâncias, seu sofrimento não desperta nenhuma solidariedade e muito menos a indignação”. Ribeiro escreveu antes da criação das referidas leis; entretanto, o cenário de resistência às cotas ainda existente no Brasil converge com a análise exposta pelo autor.

Por fim, será apresentado o último grupo de questões, as que são relacionadas com a “degeneração” e a “inferioridade” do negro.

Tabela 04 - Respostas às questões sobre degeneração e inferioridade racial – primeira e segunda aplicações

A renda média de famílias chefiadas por negros é 40% menor do que a de famílias chefiadas por brancos. Em relação a isso, afirma-se: essa diferença ocorre porque os negros não se esforçam tanto quanto os brancos.			Brancos são biologicamente superiores a negros, isto é, brancos são de uma raça superior . Isso explica suas vantagens nos estudos, no trabalho, na renda familiar etc.		
Opções	1ª	2ª	Opções	1ª	2ª
Discordo plenamente	76,1%	83,3%	Discordo plenamente	69%	76,7%
Discordo parcialmente	12,7%	1,7%	Discordo parcialmente	7%	5%
Nem discordo nem concordo	4,2%	11,7%	Nem discordo nem concordo	8,5%	8,3%
Concordo parcialmente	4,2%	1,7%	Concordo parcialmente	4,2%	3,3%
Concordo plenamente	2,8%	1,7%	Concordo plenamente	11,3%	6,7%

Fonte: pesquisa de campo.

No século XIX, teorias raciais, científicas, buscavam comprovar a superioridade do homem ocidental em relação ao não-ocidental. O contato entre os europeus com os americanos, por exemplo, gerou várias teorias que culminaram com a propagação da ideia de superioridade dos primeiros. Era a teoria evolucionista, que justificou etnocídios, genocídios e outros eventos de dominação. Havia certa confusão: os evolucionistas se contradiziam em relação ao conceito de “raça”. Às vezes, defendiam o monogenismo, destacando apenas as diferenças culturais ou de civilização. Outras vezes, falavam em “raças humanas”, defendendo o poligenismo (CASTRO, 2005).

De qualquer forma, aquelas teorias rasas ganharam enorme profundidade nas sociedades da época e, infelizmente, continuam vivas até hoje. Dito isto, serão analisadas as respostas dos participantes da pesquisa: a quantidade de alunos que discordava plenamente das afirmações, na



primeira aplicação, era alta: 76% e 69%, respectivamente. Pode-se dizer que, em geral, os sujeitos refutavam a “degeneração” do negro ao discordar de sua falta de esforço como justificativa para sua renda familiar inferior. Contudo, o que chama a atenção é que a porcentagem que concorda em algum grau com a superioridade biológica do branco, considerando-o uma raça superior: 15,5%. Já há comprovações científicas que demonstram que negros e brancos pertencem à mesma espécie, a humana. Logo, descreditando as teorias raciais. Contudo, ainda assim, essa quantidade significativa de pessoas concorda com aquela afirmação.

Esse percentual, por ser minoria, não deve ser considerado pouco importante. É um número bastante significativo. Ademais, considerando ainda os dados na primeira aplicação, se somarmos os que concordam em algum grau e os neutros/ indecisos e até com os que discordam parcialmente (não discordando totalmente), 31% dos alunos possuíam dúvidas, desconheciam, ignoravam ou rejeitavam as teorias científicas modernas que conferem igualdade biológica entre todos os seres humanos. Certamente, é um dado alarmante.

Acreditar num discurso ideológico implica desconhecer (ou, em alguns casos, ignorar ou rejeitar) dados que indicam uma realidade distinta. Conforme discutido anteriormente, há dados em demasia acerca da desigualdade social entre negros e brancos. Como, provavelmente, os participantes da pesquisa não tiveram acesso aos mesmos de forma plena e crítica, a disciplina de sociologia no ensino médio, por meio do professor, se encarregou de apresentar, analisar e discutir aqueles dados junto às turmas. O resultado está exposto na coluna da segunda aplicação: os que concordam em algum grau com as afirmações caíram para 3,4% e 10%, respectivamente. Apesar disso, na afirmação sobre a “degeneração” do negro quase triplicou a quantidade de alunos que nem concordam nem discordam, além de os que discordam em algum grau terem diminuído, passando de 88,8% para 85%.

V. Conclusiones

Chegamos ao final deste artigo com a certeza de que nossa contribuição ao estudo da sociologia no ensino médio não é definitiva e que muito ainda pode e deve ser pesquisado junto a esse tema. Dito isso, destacamos que consideramos a intervenção da disciplina de sociologia no ensino médio relativamente exitosa no campo estudado. Isso ocorre, principalmente, devido à desconstrução parcial do mito da democracia racial, comprovado pela diferença dos dados da primeira e da segunda aplicação de questionários.

O fato de haver a persistência de alunas e de alunos que de alguma forma não conseguiram realizar aquela desconstrução não se traduz em fracasso na intervenção. Temos que considerar as adversidades ligadas à questão, a saber: 73% dos alunos afirmaram já ter estudado o tema “desigualdade racial” antes das aulas aqui analisadas. Contudo, mais de dois terços dos alunos concordaram em algum grau que as aulas de sociologia sobre o tema “contribuíram com informações que o aluno nunca havia tido acesso antes na escola, na televisão, na família etc.”, o que pode significar que esses alunos tinham acesso a discussões rasas ou até mesmo viciadas, visto que o professor discutiu em sala a produção sociológica básica brasileira sobre o tema. Essa quantidade alta de alunos que nunca havia tido acesso aos dados apresentados pelo professor de sociologia converge com a discussão realizada por Schwarcz de que o tema é um verdadeiro tabu em nossa sociedade. Devido a isso, 83% dos jovens concordam em algum grau que “os conhecimentos estudados sobre desigualdade racial na disciplina de sociologia foram muito importantes” para a vida deles. Outros dados que apontam para o relativo êxito são os seguintes:

Tabela 05 – Respostas às questões sobre racismo no cotidiano – primeira e segunda aplicações

Pergunta	1ª aplicação	2ª aplicação
Você se considera racista?	3%	18,6%
Você já praticou alguma ação racista?	34%	65%
Você já sofreu alguma ação racista?	45%	58%

Fonte: pesquisa de campo.

Como se pode perceber, visivelmente os alunos passaram a ter outro entendimento sobre o que é racismo. Os dados da segunda aplicação mostram indivíduos com maior rigor ao analisarem



situações cotidianas de suas vidas. Isso converge com uma das problematizações realizadas pelo professor de sociologia: aquela piada racista é racismo? Aquele comentário racista feito em um momento de raiva é racismo? Por que o racismo sempre está no outro?

Por fim, destacamos que várias outras instituições contribuem para a socialização dos alunos, sendo *desleal* a concorrência com os 50 minutos semanais da aula de sociologia no ensino médio. Ademais, mesmo na escola há relações de poder que contribuem para a permanência do tabu destacado por Schwarcz e para a reprodução de preconceitos, conforme os pesquisadores puderam observar, a saber: no final de novembro, durante a realização de uma reunião de planejamento coletivo com os professores da área de Ciências Humanas, debatia-se a realização de um evento alusivo ao Dia da Consciência Negra. O professor de História comentou que naquela cidade havia diferenças salariais entre negros e brancos, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Imediatamente, um dos coordenadores escolares o interrompeu dizendo que naquela cidade não havia diferenças entre negros e brancos. Visivelmente, todos os professores da área de Ciências Humanas ficaram incomodados com aquela afirmação, o que deu início a um fervoroso debate. Em certo momento, o professor de sociologia perguntou ao coordenador em quais dados se embasava para afirmar aquilo, pois o professor de História se embasava em dados de investigação do IBGE. O coordenador então respondeu que se embasava na “realidade”⁷ e que os dados do IBGE deveriam ser criticados também, afirmando que os negros podiam mentir sobre sua condição social para conseguirem benefícios. O professor de sociologia então indagou: “E só os negros mentem? Tem certeza de que não há racismo [nesta cidade]?”, indicando que o coordenador estava tendo uma postura preconceituosa. Após isso, o debate foi finalizado... pelo menos naquele ambiente.

⁷ Ficou claro que ele estava tentando dizer que se baseava em sua percepção. Acriticamente, o profissional desconsiderou suas pré-noções e limitações ao afirmar que sua percepção era a “realidade”.



VI. Bibliografía

BRASIL. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Orientações curriculares nacionais: ensino médio. Brasília, DF, 2006.

CARIDÁ, Ana Carolina Bordini Brabo. O Currículo de Sociologia no Ensino Médio. In: SOUSA, Fernando Ponte de (Org.). Sociologia: conhecimento e ensino. Florianópolis: Editora Em Debate, 2012.

CASTRO, Celso. (Org.) Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CEARÁ. Secretária da Educação. Metodologias de apoio: matrizes curriculares para o ensino médio. Fortaleza: SEDUC, 2009.v.1. Coleção escola aprendente.

CHOR MAIO, Marcos. O Projeto UNESCO e a Agenda das Ciências Sociais no Brasil dos anos 40 e 50. In: RBCS. v. 14, n. 41, outubro, 1999.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. (o legado da “raça branca”). v. 1. 5 ed. São Paulo: Globo, 2008

FERREIRA, Eduardo Carvalho. Sobre a noção de conhecimento escolar de Sociologia. 2011 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. Como trabalhar “raça” em sociologia. In: Educação e pesquisa. São Paulo, v.29, n.1, p. 93-107, jan./jun. 2003.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SANTOS. Mario Bispo dos. Diretrizes Curriculares estaduais para o ensino de sociologia: em busca do mapa comum. In: Percursos. Florianópolis, v.13, n.01, p. 40-59, jan/jun. 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário. Cor e raça na sociabilidade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SILVA, Ileizi L. F. Fundamentos e metodologias do ensino de sociologia na educação básica. In: HANDFAS, Anita e OLIVEIRA, Luiz Fernandes de (Orgs). A Sociologia vai à escola: história, ensino e docência. Rio de Janeiro: Quatert: Faperj, 2009.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio